



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares

Ofº nº 5607/**MAP** – 24 Julho 09

Exma. Senhora
Secretária-Geral da
Assembleia da República
Conselheira Adelina Sá Carvalho

S/referência

S/comunicação de

N/referência

Data

ASSUNTO: RESPOSTA PERGUNTA Nº. 2803/X/4ª

Encarrega-me o Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares de enviar cópia do ofício 1711 de 23 do corrente, do Gabinete do Ministro de Estado e das Finanças sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

Pel'A Chefe do Gabinete

Maria José Ribeiro

SMM



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GABINETE do MINISTRO
dos ASSUNTOS PARLAMENTARES

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS

23. JUL 09 01711

Entrada N.º 5594

Data 24 / 07 / 2009

Exmª Senhora
Chefe do Gabinete de S. E.
o Ministro dos Assuntos Parlamentares

Sua referência
Of. 4469

Sua Comunicação
24-06-2009

Nossa referência
Ent. 5878/09 Proc. 08.06.03.05

Assunto: Pergunta n.º 2803/X/(4ª) - AC de 19 de Junho de 2009
Regularização da situação dos trabalhadores do IPAC pondo fim ao seu inacreditável e prolongado estatuto de trabalhadores precários, falsos recibos verdes

Exmª Senhora,

Encarrega-me S. E. o Ministro de Estado e das Finanças, em resposta ao esclarecimento solicitado na pergunta supra identificada, de informar o seguinte:

O Governo tem prosseguido ao longo desta legislatura uma estratégia de combate às situações de precariedade laboral, algumas das quais se arrastam há muitos anos em alguns sectores da Administração Pública.

Os resultados obtidos pelas políticas aplicadas pelo Governo no sentido de uma muito significativa redução do número de prestações de serviço na Administração Pública - redução em mais de 30% entre 2005 e primeiro trimestre de 2009 – bem como os mecanismos admitidos na LVCR e no RCTFP de limitar duração de contratos a termo, por exemplo, permitem encarar com confiança a resolução deste problema que subsiste em alguns casos há mais de dez anos e que agora está a ser finalmente enfrentado, com determinação e com resultados visíveis.

Nesta senda, S. E. o Secretário de Estado da Administração Pública dedica especial atenção às situações concretas de precariedade que lhe são comunicadas, onde se inclui a situação do Instituto Português de Acreditação, IP (IPAC), a propósito da qual foi mantida estreita cooperação entre o seu Gabinete e o Gabinete de S. E. o Secretário de Estado



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS

Adjunto, da Indústria e da Inovação no sentido de, no respeito pelo enquadramento legislativo em vigor, corrigir a situação de precariedade que se verifica há já longo tempo.

Em consequência, a abertura de concurso para recrutamento dos profissionais necessários ao quadro de pessoal do IPAC está já autorizada pelo Ministério das Finanças e da Administração Pública desde o início de Junho.

Mais se informa que o Gabinete de S. E. o Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação recebeu uma comissão de 4 prestadores de serviço do IPAC em representação de todos, no passado dia 25 de Junho, às 11H. Nessa reunião foram respondidas todas as questões colocadas e foi ainda referido que os avisos de abertura dos concursos estão já elaborados estando apenas a aguardar um pedido de alteração orçamental para o efeito.

Face ao exposto, reafirmamos a dedicação do Governo na resolução desta situação de precariedade que se arrastava há longos anos, no estrito respeito do regime legal vigente e na linha dos objectivos delineados no âmbito da reforma da administração pública, esperando ter esclarecido as dúvidas suscitadas da parte dos Senhores deputados.

Com os melhores cumprimentos.

 O Chefe do Gabinete,



(Álvaro Aguiar)

Sofia Torres Magalhães

Adjunta do Gabinete

do Ministro de Estado e das Finanças

C/c: Gab. SEAP

/CD